

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

Alimentação, população e progresso social

ANDRÉ MAYER — Professor do "Collège de France"
(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

A POPULAÇÃO do mundo aumenta constantemente; seu acréscimo no decurso destes últimos dez anos, foi calculado em 250 milhões de homens e esse ritmo só tende a acelerar-se. Os novos meios de combate aos insetos, o emprêgo de agentes químico-terapêuticos e antibióticos contribuirão para salvar e prolongar vidas humanas. Como, porém, alimentar essa população assim aumentada? Cogita-se, naturalmente, do aumento das áreas cultivadas. Foi o que se fêz após a primeira guerra mundial, quando 80 milhões de hectares foram postos em cultura. Tal aumento pode ser mantido, uma vez que apenas 8% das terras acima da superfície das águas são atualmente cultivadas: o certo, porém, é que não o será indefinidamente. As condições climáticas — o calor ou o frio, a seca ou a umidade — limitam a extensão das terras cultiváveis. As que se prestam à cultura do trigo constituem apenas 10% das terras do globo; as que convêm à cultura do arroz, apenas 20%.

Temos, pois, assim, uma terra que não pode crescer, e uma população cujo número vai aumentando. Esta a situação que atualmente se discute nos Conselhos, nas Conferências da F.A.O., e nas suas publicações. E, logo, surge à nossa mente a velha teoria — a lei de Malthus — na atmosfera de fatalidade biológica que os pensadores do século passado criaram em torno da mesma, e tôdas as consequências ameaçadoras que dela se deduzem.

A verdade é que podemos sair dessa atmosfera. Basta observar que Malthus nasceu em 1766; que a primeira edição de seu Ensaio data de 1798 e que, se o problema continua de pé, em compensação nenhum dos têrmos por él usados (subsistência, população e até mesmo homens) evoca as mesmas imagens que naquele tempo.

E' isso que procurarei demonstrar neste trabalho tentando, ao mesmo tempo, esboçar, em linhas gerais, a forma sob a qual se apresenta hoje essa questão capital.

I — "A SUBSISTÊNCIA" — ALIMENTAÇÃO

A custa de inúmeras experiências e de erros fatais, o homem, vítima da fome, aprendeu, pouco a pouco, o que devia comer — ciência que durante

milênios permaneceu incerta e muitas vezes falha. Fato capital na história da humanidade, é que o conhecimento da alimentação — o mais importante de todos os conhecimentos, uma vez que é essencial para conservar a vida — passou de empírico que era, para racional.

Essa conquista realizou-se em três etapas. No século XVIII, Lavoisier, descobrindo o que é o fogo (uma combustão viva, uma oxidação) e, em seguida, o que é a "calcinação das terras" (uma combustão lenta, uma oxidação) mostrou que a produção do calor no organismo e o trabalho muscular correspondem também a uma fixação de oxigênio; que a vida se traduz por reações químicas, semelhantes às que se produzem entre os seres inanimados e, como aquelas, capazes de desprender energia. Vivendo e agindo, o organismo decompõe suas "reservas". A quantidade da energia desprendida durante essa decomposição representa o que o organismo perde e, por conseguinte, representa as suas necessidades, que devem ser satisfeitas, para que o mesmo possa manter-se. Os alimentos servem para reparar essas perdas: são "combustíveis" e a energia que desprendem ao "queimar" representa seu poder de restauração, seu valor alimentício. Assim é que a alimentação foi fisicamente definida.

Vejamos agora a segunda etapa, a do século XIX. Os químicos, de acordo com Lavoisier e seus discípulos, consideravam tôdas as coisas (objetos inanimados, seres vivos sobre a terra, estréias no Universo) como compostos de elementos, de "corpos simples", que não é possível criar nem destruir. Os químicos de nossos dias já têm outro ponto de vista: destroem e criam elementos. Mas o organismo não é um químico nuclear e, como é formado de elementos, tem que tirar da alimentação aquêles que perde em virtude do seu funcionamento. Sem isso, sobrevêm doenças mortais. No século XIX, foi elaborada, pouco a pouco, a lista tôdas elementos indispensáveis, com indicação das quantidades que a alimentação deve fornecer de cada um deles.

A terceira etapa é a do século XX. Acreditava-se que, dispondo dos elementos de que necessitava, o organismo poderia sintetizar tôdas as moléculas que o compõem. Um engano. Os organismos são químicos incompletos. Há moléculas "indispensáveis" à vida, que elas não sabem

fabricar: aminoácidos, ácidos graxos, vitaminas — materiais do edifício celular ou elos dessa corrente de reações físico-químicas, cujo desenrolar ordenado constitui a vida. Sob pena de doença ou de morte, faz-se mister que o organismo vá buscar nos alimentos essas moléculas já feitas. Assim, pois, foi a alimentação química definida.

As consequências desse conhecimento são consideráveis. Preliminarmente, ficamos sabendo que a falta de alimentos, a subnutrição, a fome, não são os únicos perigos que nos ameaçam. Uma alimentação suficiente, mas que não disponha de determinado elemento, de determinada molécula indispensável, pode provocar doenças mortais, conhecidas, aliás, há séculos, mas cujas causas permaneciam desconhecidas. Uma quantidade insuficiente desses elementos, dessas moléculas, na ração, atrasa o crescimento da criança, diminui a capacidade de trabalho do adulto, sua resistência às moléstias. Os efeitos maléficos da subnutrição podem ser mais lentos do que os da fome, mas nem por isso são menos mortíferos.

Por outro lado, (o que é sumamente importante) o conhecimento exato da alimentação necessária permite calcular-se o que deve ser a alimentação de um homem para viver e trabalhar; de uma mulher, para ser mãe; de uma criança, para crescer de maneira harmoniosa. Permite planejar racionalmente a alimentação e aplicar com êxito um programa alimentar a uma família, a uma cidade, a uma nação inteira.

Finalmente, pela primeira vez, a satisfação de uma necessidade humana fundamental encontra uma expressão precisa, numérica, o que, sob o ponto de vista das ciências sociais, é da máxima importância. Veremos, adiante, como esse fato pode servir para esclarecer certos aspectos do problema da população.

II — POPULAÇÕES E SOCIEDADES — DESIGUALDADES SOCIAIS — NÍVEL SOCIAL

Ao estudarem o problema da população, o biólogo-estatístico e o economista-estatístico pensam, inicialmente, de maneira abstrata. Olham a população como uma coleção de unidades, desmembrando-a. Verificam o estado estacionário, crescente ou decrescente da mesma. Essa atitude é perfeitamente justificável e útil quando se trata de abordar inicialmente o problema. Para estudá-lo mais de perto, faz-se mister, porém, mudar de ponto de vista. A mais simples observação mostra-nos, efetivamente, que as populações que encontramos sobre a terra não devem ser assim consideradas. Não são elas aglomerações puras e simples de seres humanos. São sociedades humanas. Na época atual, por exemplo, são nações.

Essas sociedades não são todas idênticas. São dotadas de diferentes estruturas, contêm proporções desiguais de homens e de mulheres, de pessoas de diferentes idades. São diferentes também quanto ao comportamento. Entre a sociedade que outrora existia em determinado solo e a que nela hoje se encontra, tal como entre duas sociedades

vivendo em duas regiões diferentes do globo, existem grandes diferenças. Essas diferenças assumem ainda maior importância quando se estuda o problema da população, por isso que traduzem chocantes disparidades.

A diferença primordial entre as várias sociedades é o grau de aptidão de cada uma para formar, defender e manter a vida dos homens que a compõem.

Quanto à sua formação, sabe-se que o mesmo número de indivíduos nubéis não corresponde, em toda parte, ao mesmo número de nascimentos. As nações não produzem uniformemente vidas humanas na mesma proporção. O índice anual de natalidade por mil habitantes é de 20 a 21 na França ou no Reino Unido; 34,8 no Japão, de 43 a 45 no México, 54 no Egito. Essas vidas nascentes serão mais ou menos longas. As nações não conservam, na mesma proporção, as vidas humanas. Por volta de 1939, "as possibilidades vitais" na hora do nascimento, para as crianças do sexo masculino eram, na Índia, de menos de 27 anos, no Brasil 37 anos, na França, 54 anos, nos Estados Unidos, 62, nos Países Baixos ou na Nova Zelândia, 65. Essas vidas, mais ou menos longas, são também mais ou menos plenas, mais ou menos reduzidas pelas moléstias — algumas das quais prolongadas, como o impaludismo ou a tuberculose.

E não é só: as nações não somente são mais ou menos aptas para conservar as vidas humanas. São também mais ou menos aptas para impedir que, entre os grupos sociais que as compõem, haja diferenças sob esse ponto de vista; e essas diferenças são, não raro, muito acentuadas. Nos Estados Unidos, a possibilidade vital das crianças brancas do sexo feminino, ao nascer, era, em 1939, de 60,6 anos; das pretas, de 50,1. Ainda mais: em u'a mesma cidade, o contraste era impressionante. Em 1911-1913, entre certos "arrondissements" de Paris, encontrou Hersch uma diferença de mortalidade que ia de 9,6-14,9 por mil a 20,4-24 por mil.

A primeira desigualdade social é pois, segundo disse Hersch, a desigualdade com relação à morte.

Essa desigualdade provém de duas causas principais. Primeiro, as sociedades encontram-se, umas mais, outras menos, capacitadas para lutar contra as doenças e, especialmente, contra aquelas que atingem a parte mais vulnerável das populações — as crianças. A mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida, era, antes da última guerra, de 34 por 1.000 na Holanda e de 176 por 1.000 na Rumania; de 54 por 1.000 nos Estados Unidos e de 241 por 1.000 no Chile. Variava dentro de um mesmo país, como nos Estados Unidos, onde era 50 por 1.000 para os brancos e 83 por 1.000 para os pretos. Na Nova Zelândia, de 30 por 1.000 para as crianças de origem europeia e 128 por 1.000 para os filhos dos "maoris". Em u'a mesma cidade — Paris — Hersch observou, segundo os distritos, diferenças até de 1 para 4.

A segunda causa da desigualdade entre as nações é a diferente aptidão de cada uma para

conservar à vida, para lutar contra a falta de alimentação, contra a subnutrição.

Quando, em 1946, a ameaça da fome obrigou as Nações Unidas a se ajudarem mútuamente para enfrentar o perigo, a F.A.O. levou a efeito um inquérito acerca das disponibilidades alimentares e o consumo de alimentos em 70 países, inquérito este que, desde então, se tem renovado anualmente. A diferença considerável entre as nações evidencia-se nesses inquéritos. As nações da Europa e da América do Norte, que têm apenas um terço dos habitantes da terra, dispõem de 3/4 dos alimentos. As da Ásia, com a metade dos homens do globo, têm menos de uma quarta parte.

A alimentação em um terço apenas da Humanidade, representa para cada indivíduo mais de 2.750 calorias diárias. Para mais da metade dos homens, não chega a 2.250 calorias. E ainda: essa alimentação, muito parca, é inadequada quanto à respectiva composição: contém poucos alimentos protetores. Sob esse ponto de vista, são grandes as disparidades entre as nações. O consumo diário de proteínas de origem animal varia de 12 g no Japão para 61 g na Nova Zelândia. O consumo de leite é de 291 kg por ano na Argentina e de 42 na Bulgária. Dentro de uma mesma nação, não são menores essas desigualdades entre os vários grupos sociais. Na Grã-Bretanha, antes da última guerra, o consumo de carne e de peixe variava, segundo os grupos, de 1 a 2; o de leite, de 1 a 6.

"A desigualdade com relação à morte" é, por conseguinte, antes de tudo, "a desigualdade com relação à doença" e, em seguida, "a desigualdade com relação à fome" e à subnutrição.

As Sociedades, as Nações, são mais ou menos capazes de favorecer a criação de vidas humanas, sua defesa e seu sustento. Em resumo, são mais ou menos capazes de se sustentarem. Podemos calcular, podemos determinar essa diferença de eficiência das Nações e a aptidão de cada uma para resolver o "problema da respectiva população". A eficiência de cada nação e sua capacidade para resolver o "problema da respectiva população" podem ser calculados, determinados. A escala dos valores correspondentes permite determinar-se o chamado "nível social" — a possibilidade, por parte dos homens que as compõem, de viverem e de viverem bem.

Quais os fatores desse "nível social", dessa possibilidade de viver? E' o que vamos examinar mais minuciosamente, uma vez que desses fatores dependem a persistência, o crescimento ou o declínio das populações.

III — FATORES DO NÍVEL SOCIAL E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

1) Fator povoamento

E' este o primeiro fator a citar, uma vez que tem papel preponderante mesmo entre uma população animal. Ao estudar, por exemplo, uma população de moscas, em crescimento, dispendo, dia após dia, da mesma quantidade de alimentos, o biólogo observará, naturalmente, que, em deter-

minado momento, o aumento estaciona. Aplicado ao homem, esse fato significa que se, na mesma superfície de terra, cuja fertilidade não se altera, a população crescer constantemente, ultrapassando determinada densidade demográfica, indo além de um determinado "povoamento", impossível será manter outras vidas. Por outro lado, uma sociedade não se compõe de elementos idênticos.

Cada sociedade comporta certa divisão de trabalho, impossível de manter-se além de determinado limite de povoamento. Assim, quer sejam os homens demasiado numerosos para dividirem entre si os meios de subsistência, quer não sejam êles bastante numerosos para multiplicá-los, o povoamento transforma-se, evidentemente, em fator do nível social. Mas não é ele o único. De fato, as nações se mantêm e crescem, com povoamentos muito diferentes. Na Polônia, encontram-se 140 seres humanos por quilômetro quadrado de terra cultivável e na Holanda, 802. Logo, há outros fatores em jôgo.

2) Fator "técnica"

Os membros de uma tribo primitiva, vivendo da caça e da colheita, precisavam de grandes terrenos para percorrerem. Vários quilômetros quadrados eram necessários para satisfazer às necessidades de uma família. Quando, porém, a humanidade passou, gradativamente, desse estágio para o da agricultura e da pecuária, a situação mudou. Os homens começaram a aproveitar melhor o excedente da produção que garante, na natureza, a permanência das espécies. Conseguiram reunir, num espaço limitado, grande número de indivíduos da mesma espécie vegetal ou animal, comestível. As populações foram-se estabilizando e os campos de cada família já não cobriam mais do que alguns hectares.

Quando os homens compreenderam que nem a terra, nem os animais, nem as plantas eram imutáveis e que se lhes podia aumentar o rendimento, êsses hectares reduziram-se a ares. Começou, então, uma nova era — esta em que vivemos. O progresso da técnica tem exatamente o efeito de aumentar os rendimentos do solo, dos animais, das plantas e, ainda, de aumentar o rendimento do trabalho humano. Mas o nível da técnica, como sabemos, difere muito de uma nação para outra. Daí, não serem todas elas igualmente produtivas quanto aos gêneros alimentícios.

A desigualdade pode ser determinada. A combinação do rendimento da terra, dos animais e das plantas, com o do trabalho humano, permite calcular-se um certo "índice de produtividade". Foi o que fizeram Collin, Clark, Easterbrook e, mais recentemente, Brousse. Esse índice varia enormemente, segundo as nações. Na França, é de 100; na Nova Zelândia de 770, nos Estados Unidos 272, na Hungria 80 e no Japão, 24.

Dada essa diferença de produtividade, as disponibilidades alimentares são muito desiguais. Na Nova Zelândia, cada habitante dispõe de 3.200 calorias diárias e 61 gramas de proteínas de origem animal; no Japão, 2.200 calorias, com 12 gramas daquelas proteínas.

Contudo, a observação nos mostra que, mesmo nos lugares onde a produtividade é muito grande, mesmo quando as disponibilidades alimentares são mais que suficientes, o consumo dos alimentos não é o mesmo para todos. Logo, deve haver outro fator. E' o fator econômico, cuja importância justifica que lhe dediquemos aqui um exame mais aprofundado.

3)- Fator econômico

a) O poder aquisitivo e o consumo alimentar

Grande parte da humanidade — a maior parte dela — produz seus alimentos. Mas uma outra parte — que, em certas sociedades é considerável — abandonou a terra e passou a adquirir, por troca, os produtos para sua alimentação. Esses homens, no dizer dos economistas, tornam-se "consumidores".... Da mesma forma que o recurso aos cuidados médicos é um "consumo de serviços", a alimentação é um "consumo de gêneros" e os "alimentos", "uma mercadoria como outra qualquer". No mercado, são objeto de "procura" e só fazem jus a essa procura se a mesma fôr "solvente", se o consumidor puder pagar "o preço" da alimentação.

Como vimos, sabe-se hoje determinar a ração que corresponde às necessidades reais. Se conhecermos as cotações do mercado, podemos calcular o preço dessa ração diária necessária, dessa ração que representa uma alimentação suficiente, completa e bem equilibrada, da ração que permite a conservação da vida. O seu preço é, na realidade, o "custo da vida" ou, pelo menos, é elemento primordial para o indivíduo sadio.

b) Insuficiência do poder aquisitivo

O poder aquisitivo global das Nações, a "renda nacional", como se sabe, varia muito. Existe, porém, uma sensível correlação entre essa renda e o consumo médio de alimentos, *per capita*, dos respectivos habitantes. Quando inferior a determinada renda, a ração média mal chegará a ser suficiente. Nos países de baixo poder aquisitivo, a vida está sempre ameaçada. Por outro lado, existe uma correlação entre a renda e a composição da ração: esta conferá tanto mais alimentos fornecedores de energia, de glicídios e tanto menos alimentos protetores contra a subnutrição, quanto mais baixa fôr a renda.

c) Desigualdade do poder aquisitivo

Mesmo nos países onde é elevada a renda nacional, se esta não fôr repartida equitativamente, observam-se fatos análogos, no confronto entre os grupos de poder aquisitivo diverso. Os menos favorecidos dificilmente poderão obter a quantidade necessária de alimentos. Além disso, a composição da alimentação varia segundo a renda. E' um fato sóbre o qual insistiram de modo particular John Boyd Orr, Hazel, Shiebeling. Durante a última guerra, observando seis grupos de famílias, cuja renda ia de 6 a 50 shillings por pessoa, semanalmente, verificaram que o consumo de leite líquido elevava-se de 1 a 5; o de manteiga, de 1 a 4; o de carne, de 1 a 2,5, logo que a renda subia.

O fato explica-se facilmente. Os alimentos que fornecem as moléculas indispensáveis, cuja síntese o organismo não pode fazer, resultam de uma transformação dos produtos vegetais básicos. Mas essa transformação se faz com um mau rendimento, com determinada perda, que difere segundo o alimento consumido. Assim é que "100 calorias de trigo" dão "60 calorias de leite" e 30 a 35 gramas de proteínas; ou 25 "calorias de porco" e 20 gramas de proteínas; ou, ainda, "7,5 calorias de carne bovina" com 15 gramas de proteínas. A cultura de outros alimentos indispensáveis — frutas, legumes — exige muito mais trabalho e, além disso, êstes são alimentos perecíveis. Assim, os "alimentos protetores" são alimentos caros. Pelo preço do mercado, a luta contra a subnutrição torna-se um luxo; e é preciso não esquecer que os elementos da população mais vulneráveis à subnutrição são as crianças.

Tal como as despesas com a alimentação, tôdas as outras despesas necessárias à defesa da vida, as que correspondem ao vestuário, à habitação, ao aquecimento, aos cuidados médicos, dependem do poder aquisitivo. A observação feita por Hersch em Paris em 1911-1913, classificando os *arrondissements* segundo a importância da renda dos respectivos habitantes e comparando o respectivo índice de mortalidade, é, por conseguinte, natural. Pode ser expressa da seguinte forma: "Na categoria mais pobre de *arrondissements*, a metade dos que morrem é constituída por indivíduos condenados à morte pela própria situação social" ou ainda: "Nos *arrondissements* mais pobres, de cada 12 crianças morrem 9 devido à pobreza dos pais". Essa proporção diminuiu muito em Paris, desde aquela época. O mesmo, porém, não se pode dizer quanto ao resto do mundo.

d) Instabilidade do poder aquisitivo.

E não é só. O poder aquisitivo, além de insuficiente e desigual, também pode ser instável, uma vez que o mercado, deixado em liberdade, introduz uma causa permanente de instabilidade. O mesmo se pode dizer do "mercado do trabalho", desde que o trabalho humano é considerado como "uma mercadoria igual às outras". Sabe-se como esse mercado pode provocar salários inferiores ao custo da vida. O mesmo se pode dizer também quanto ao "mercado de subsistência", uma vez que os gêneros alimentares, dos quais depende a vida, são tratados como qualquer outra mercadoria. E' que, como ninguém o ignora, a agricultura é sujeita às flutuações meteorológicas. Há os anos das "vacas magras", quando a colheita mal dá para cobrir as despesas; e os anos das "vacas gordas", quando é preciso vender "por qualquer preço" os gêneros perecíveis e quando o agricultor trava conhecimento com a "miséria na abundância". Diante dessas variações de preços que, de um ano para outro, vão dobrando ou mesmo triplicando, como manter estável o custo de vida? Este depende das "cotações" de um mercado longínquo. Além dos riscos da natureza, a que se vê exposta a humanidade, há os riscos das apostas — do jôgo — entre certos homens.

e) *Poder aquisitivo e repartição das trocas*

Não é apenas determinando a quantidade e a qualidade do consumo alimentar que o poder aquisitivo influi na capacidade de manter e de defender a vida. É, ainda, regulando diretamente a repartição das trocas e, indiretamente, a produção dos serviços e dos bens. Esse ponto é fácil de demonstrar: uma vez paga a alimentação, muita coisa resta ainda a comprar para manter a vida: a roupa, a habitação, o aquecimento, os cuidados médicos, como já dissemos. O homem toma parte nos trabalhos de uma Sociedade e, até isso, é uma fonte de despesas: transportes, por exemplo. Criar filhos, educá-los, manter-se a par dos acontecimentos, são outras tantas despesas. É muito importante, portanto, saber-se a parte da renda que restará, uma vez atendida a despesa com a alimentação.

A observação nos mostra que essa parte difere de um país para outro e, ainda, de um para outro grupo social. A parte da despesa com a alimentação, na despesa total era, em 1942, de 35,5% nos Estados Unidos e 71% no Chile; em 1936, 37,5 na Suíça e 57,2 na Polônia. Mais impressionantes ainda são, dentro de um mesmo país, as disparidades entre os vários grupos sociais. A diferença nos Estados Unidos vai de 22,7 a 43,7; no Brasil, de 36 a 71,3.

Essa parte varia, porém, com o poder aquisitivo. Nestes últimos 15 anos, em mais de trinta nações, têm sido realizados estudos sobre esse problema, dando todos os mesmos resultados. Com uma regularidade que dá à observação o valor de uma lei, a proporção da despesa alimentar, dentro da despesa total, é tanto maior quanto mais baixa é a renda.

Se o poder aquisitivo do consumidor é que fixa o limite das trocas possíveis, é ele também que determina, por conseguinte, a natureza dessas trocas, uma vez que o consumidor, depois de adquirida sua alimentação, não disporá senão do restante, do complemento de seu poder aquisitivo. É por isso que se observa que a despesa com tecidos varia com o poder aquisitivo; mesmo o metro cúbico de ar, na habitação, tem seu preço como a despesa de aquecimento ou a possibilidade da participação na vida social.

f) *Alimentação — Poder aquisitivo e produção*

O caráter imperativo da despesa alimentar deixando para as demais despesas uma parte tanto menor quanto mais baixo for o poder aquisitivo, é fato de grande alcance, por isso que repercute em toda a economia.

Limitando as trocas dos demais produtos não necessários à alimentação, o baixo poder aquisitivo limita a própria produção, isso porque, primeiramente, reduz a parte possível de economia e, por conseguinte, o financiamento de um equipamento que permita a utilização dos progressos técnicos. Em seguida, porque não permite a criação de uma clientela para os serviços — os trans-

portes, por exemplo, indispensáveis ao abastecimento — ou para as indústrias.

De qualquer modo, o baixo poder aquisitivo freia a expansão da economia.

A proporção da despesa alimentar na despesa total apresenta-se, por conseguinte, como um índice da capacidade econômica dos indivíduos dentro de uma sociedade, um índice da expansão econômica, da capacidade econômica das sociedades.

A análise que acabamos de fazer, embora sucinta, mostra a importância do "fator econômico"; basta para lembrar, caso necessário, a que ponto a organização econômica influi na vida das populações e a que ponto o nível social depende da mesma.

4) *Grau de civilização*

Todavia, a recapitulação que fizemos acerca do nível social está incompleta. A parte mais importante ainda está por examinar.

Os homens descobriram, pouco a pouco, a natureza das coisas e dos seres vivos e criaram com os mesmos toda espécie de novas relações, que permitiram a utilização de suas qualidades. Aos poucos, chegaram a se descobrir a si próprios e estabeleceram entre si toda espécie de novos laços permitindo o aproveitamento das respectivas capacidades. Através da instrução, transmitiram, de era em era, o conhecimento das coisas e do seu comportamento frente às mesmas; pela educação, o conhecimento da humanidade e das modalidades de vida com ela, da vida social. Assim se criaram as civilizações.

Estas não foram sempre idênticas nem permaneceram idênticas. Algumas foram mais longe do que outras, quanto ao conhecimento acerca da natureza humana; o grau de precisão desses conhecimentos permitiu uma previsão em maior ou menor grau, uma eficiência maior ou menor quanto à ação.

Por outro lado, com o desenvolvimento das técnicas e dos laços sociais, as possíveis opções entre diferentes linhas de conduta foram-se tornando mais variadas; as escolhas mais numerosas e mais variadas; aumentou o papel reservado à vontade humana.

O homem ficou em situação de conformar-se à tradição ou de reformá-la; de criar ou não uma civilização diferente das anteriores, diferente das que existem no momento.

A acumulação do saber adquirido e da iniciativa em todos os setores da Ciência, da Arte, da Ação; a capacidade de fazer progredir os conhecimentos, de difundi-los, de aplicá-los na luta contra os flagelos; a capacidade de multiplicar os laços sociais, diversificá-los para que todos os seus membros possam concorrer para essa luta; a capacidade de se organizar e, segundo as necessidades, mudar a organização estabelecida, de evoluir, tudo isso indica o grau de civilização de uma sociedade. No problema da população, é

esse um elemento capital, uma vez que indica a parte que cabe à vontade humana, na direção de todos os fatores dos quais depende o problema.

A que conclusão chegamos através dessa breve recapitulação dos fatores do nível social? Simplesmente que a capacidade de criar vidas humanas, de defendê-las contra os flagelos naturais, de mantê-las graças a uma boa alimentação, não é um fenômeno puramente biológico, que possa ser expresso únicamente pelo confronto de certo número de indivíduos e de determinada quantidade de substâncias. Trata-se de um fenômeno social, que depende, para as Sociedades, da densidade da população que as compõe, do seu nível de técnica, de seu nível econômico, de seu nível de civilização. Mas êsses níveis não exprimem a ação de fatores isolados. Uma sociedade é um "sistema" organizado. Como em todo sistema desse tipo, cada fator em jôgo está ligado a todos os outros. Mais ainda: cada fator é, ao mesmo tempo, condição da própria ação e resultado dessa ação. O nível econômico depende do nível técnico e do nível de civilização; êstes, por seu lado, dependem daquele. A densidade da população depende deles e êles dependem desta. O "nível social", no sentido em que o definimos, é o resultado de todos êsses fatores interdependentes e reage sobre os mesmos. A cada momento, em cada determinada circunstância, em cada nação, certo equilíbrio móvel se estabelece entre êsses fatores. Nem sempre, porém, isso acontece no momento em que o "nível social" está mais elevado. Tudo depende de determinado momento histórico.

A interdependência a que nos referimos é bastante natural. A sociedade compõe-se de homens; considera-se, separadamente, o pai de família, o artesão, o produtor, o consumidor, o cooperador, embora, em conjunto, se trate de um todo — o homem. E êsse homem é o homem de uma sociedade, o homem de uma civilização.

O problema da "população" não é, por conseguinte, problema simples, que possa ser resolvido isoladamente, levando-se em conta apenas um dos seus fatores, como, por exemplo, a mudança de sua técnica agrícola. É um problema econômico; é também um problema de educação; é um problema social. É um problema que abrange toda a organização da sociedade — é a Sociedade sob todos seus aspectos, quer se trate de distribuir a todos as substâncias necessárias, quer se trate de defender a vida de todos contra as doenças, quer se trate de regular a natalidade. É a sociedade que deve ser transformada, para chegar a êsses objetivos. Ora, será possível tal transformação? Em que sentido? Dentro de quanto tempo? Até que ponto? É o que devemos agora examinar.

IV — POPULAÇÃO E PROGRESSO SOCIAL

O progresso do Homem

Pode uma Sociedade organizar-se de modo tal, que as necessidades primordiais de todos os

indivíduos que a compõem venham a ser satisfeitas, progressivamente, da melhor maneira possível? Será isso praticável, com o crescimento da população? Em geral, êsse problema ainda é encarado como se "os homens" fôssem sempre os mesmos, como se a humanidade não pudesse mudar. O fato, porém, é que ela muda — já mudou.

Lancemos um olhar em volta de nós. Na Europa Ocidental, onde estou escrevendo, seria loucura acreditar-se que o homem do Século XX seja idêntico ao que vivia neste mesmo solo, no Século XVIII. O homem de hoje vê o que ao outro não era dado ver: as células, as moléculas, o traço dos átomos — e as galáxias. Percebe o que o outro nem suspeitava: toda a gama de radiações que transbordam da luz e do calor. Brinca com êsses novos poderes. Domestica a energia, para fazê-la concorrer aos seus trabalhos. Seus braços são ajudados por um exército de "escravos mecânicos", que lavram, semeiam e colhem. Seus antepassados tinham apenas uma idéia sumária do comportamento das coisas. Ele, porém, orienta a destruição dessas mesmas coisas, sua edificação. E mais ainda: cria elementos e moléculas; dirige as combinações das mesmas, para torná-las mais úteis, mais ativas, do que as combinações naturais. Não deixa mais à natureza o trabalho de fabricar seus medicamentos; produz toneladas desses alimentos indispensáveis e raros, que são as vitaminas. Sabe que as plantas sugam o solo e, por isso, refaz os solos esgotados. O homem do Século XVIII tinha bem pouco poder sobre os seres vivos. O dos nossos dias, além de multiplicar plantas e animais, transforma-os. Quadruplicou o rendimento de leite das vacas ou das ovelhas, de ovos da galinha; o rendimento de grãos do milho; o rendimento de açúcar da cana. Sabe defender as plantas e os animais — tal como a si próprio defende — contra os parasitos e os agentes de infecções que vê, que cultiva, que destrói à sua vontade. Multiplicou os meios de estabelecer laços com os outros homens. Sabe fazer-se ouvir, fazer-se ver instantaneamente em todos os pontos de seu domínio — a Terra. Sabe atingi-los rapidamente. Dantes, seu caminhar media-se por léguas; hoje, voa milhões de quilômetros. Há ameaça de fome? Os homens de 57 nações podem reunir-se, vindos de todos os pontos do planeta, em dia e hora fixados, para repartir os gêneros alimentícios do mundo: o francês comerá o trigo canadense; a criança polonesa beberá o leite das vacas de Wisconsin.

Inventando e aperfeiçoando métodos de pensamento, de cálculo, de descoberta, de previsão, o homem vai-se tornando aos poucos "senhor e dono da Natureza" e de si próprio. A multiplicação dos bens da Terra, a valorização do mundo, são hoje possíveis, graças à "valorização do Homem". O Homem aumentou a própria estatura. Mudou de atitude. Ousa encarar friamente os flagelos naturais e os flagelos sociais. E' que êstes, para seus antepassados constituíam mistérios, mas, para ele, são apenas problemas.

O progresso técnico e a mudança das Sociedades

Tendo o Homem mudado, é lógico que as Sociedades também possam mudar. E de fato, mudaram. Nesta Europa Ocidental que Malthus conheceu, nestes 150 anos desde então decorridos, a população passou de 200 para 500 milhões; a vida humana alongou-se de 30 anos. Que terá acontecido?

Antes de mais nada, foi essa expansão sem precedentes de descobertas científicas, a cuja natureza revolucionária já aludimos. Essa "revolução científica" modificou a sorte da Europa e está mudando a sorte do mundo. E' que, efetivamente — e este é o segundo ponto capital — os europeus souberam utilizar suas descobertas. Instituíram, baseados nelas, técnicas extraordinárias, que lhes ampliaram o poder em todos os setores, permitindo-lhes, por outro lado, aumentar, numa proporção quase igual à do aumento da população, a produção das utilidades e dos serviços. Finalmente, inventaram processos econômicos, novas formas de associações, novas instituições de crédito, que permitem mobilizar a economia criada, a fim de equipar uma indústria cada vez mais poderosa. As nações da Europa ocidental aumentaram assim sua renda nacional, por isso que, graças ao progresso da técnica, aumentaram sua produtividade agrícola e industrial. Ao mesmo tempo, o aspecto físico dos países, a estrutura da população, sua idade, sua repartição entre cidades e campos, seu modo de vida, em suma, a própria Sociedade, tudo isso mudou.

O progresso social

A utilização do progresso técnico para a multiplicação dos bens da Terra foi, por conseguinte, um grande sucesso. Quer isso dizer que a Europa conseguiu o mesmo êxito em todos os outros setores? Não, absolutamente não. Há dois setores nos quais a Europa foi menos feliz.

O tipo de economia, que herdou e que conservou durante o Século XIX, não lhe permitiu prever nem evitar "crises" agrícolas, industriais, gerais, muitas vezes gravíssimas, que comprometeram a segurança do trabalho e impediram o aperfeiçoamento contínuo da Sociedade. E essas crises têm constituído um dos fatores de guerras desastrosas.

Por outro lado, sómente à custa de uma luta encarniçada, não raro sangrenta, tem sido possível a defesa da vida das crianças, das mulheres, dos operários, pela regulamentação do trabalho; tem sido possível a manutenção dessa vida, graças à criação de um poder aquisitivo suficiente para todos os consumidores e, como vimos, nessa luta, a vitória foi apenas parcial. Entre os diversos países da Europa, permanecem desigualdades impressionantes. Disparidades entre os países do Oeste e os do Leste, por exemplo, tendo estes últimos permanecido pobres, agrícolas à moda tradicional, da mesma forma que disparidades dentro de um

mesmo país, entre os diferentes grupos sociais. Tão grande é essa desigualdade que se consagrou a expressão "classes sociais", para significar a estratificação da Sociedade pelo poder aquisitivo.

A razão desse insucesso está na própria natureza do sistema econômico do Século XIX, quando tudo tinha que se processar como se o objetivo único da Economia fosse a própria Economia e como se esta constituisse o resultado de antagonismos individuais, cabendo à Sociedade apenas fornecer-lhe um campo fechado. A Economia devia, assim, regular-se automaticamente segundo as leis da Natureza; tinha, pois, que deixar agir as leis da Natureza — da Natureza animal. Ora, se é certo que o equilíbrio das populações selvagens de animais não se regula inteiramente por si, também é verdade que, em certas circunstâncias, esse equilíbrio depende da "luta pela vida" — "struggle for existence" — a que Malthus deu um nome, retirado mais tarde por Darwin. Com efeito, a economia da predação regula-se (e regula o povoamento) não, como se dizia, por si mesma, e sim, pelo sofrimento, pela fome, pela doença. Mas uma tal economia é, precisamente, uma economia inumana. Não foi feita para o homem. Não leva em conta as capacidades do Homem, suas criações e, entre estas, as Sociedades. A economia assim compreendida divorcia-se da Sociedade. E' feita para uma "população" animal, e não para uma sociedade de homens. Entrava o progresso social, esse "future improvement of Society", que constitui a segunda parte do título do ensaio de Malthus.

Foi isso que a Humanidade acabou por perceber. Teve que reconhecer que o sistema do mercado se formara quando o problema consistia em repartir riquezas limitadas pela própria natureza e não em criar e repartir riquezas novas e crescentes. Era um sistema que não se prestava ao pleno aproveitamento do progresso técnico. Um sistema que não permitia acompanhar esse progresso, mas, pelo contrário, levava a uma rafraçãão voluntária das utilidades, a uma limitação deliberada da produção, a uma restrição do emprêgo da mão-de-obra, fontes de proveitos elevados exclusivamente para aqueles que se intitulam reguladores da economia. Hoje, é evidente que, muito pelo contrário, o progresso social só é possível através da expansão contínua da Economia. Garantir a todos os membros da Sociedade uma vida igualmente longa, tanto quanto possível completa, para que seja produtiva, oferecer a cada indivíduo todas as oportunidades para desenvolver inteiramente suas capacidades, para ter uma vida criadora, procurar empregar a todos, fazer com que cada um coopere para a utilização do progresso técnico, a fim de tirar partido de todas as riquezas naturais, é promover essa expansão. Sabe-se que, dentro de um país, no interesse das regiões mais ricas, convém valorizar as regiões pobres. Da mesma forma, aumentar o poder aquisitivo de cada indivíduo, é beneficiar a todos. O exemplo da Europa mostra que, se quisermos ajustar os recursos ao povoamento, indispensável será expandir a economia. Mas, para que o ajust-

tamento se processe sem choques, é preciso que essa expansão seja ordenada, organizada.

Trata-se de substituir, ao acaso, uma ação metódica, para que os homens — todos os homens — tomado progressivamente nas mãos o próprio destino, aproveitem sistemáticamente o progresso técnico, para a melhoria de suas condições e para a ampliação de seus horizontes.

As Sociedades contemporâneas e o progresso social

E' o que as Sociedades se vêem hoje forçadas a fazer, embora o façam às apalpadelas, procurando o caminho certo. No tocante aos métodos a adotar, as nações estão divididas e isso acarreta trágicos mal-entendidos, tanto assim que as Sociedades ora se opõem entre elas, ora se auxiliam mútuamente. Mas tôdas são levadas à mesma meta. A tarefa aí está. E' preciso cumprí-la. E' a tarefa do Século XX, é essa a tarefa que as atormenta a tôdas.

E' interessante observar-se como se desenvolvem, aos nossos olhos, essa nova etapa da grande aventura da Humanidade, como se desenvolve, através de sua interferência na Natureza — na "sua" Natureza — sua interferência nas Sociedades, nas "suas" sociedades, para reorganizá-las em proveito próprio. Empresa, nesse segundo movimento, os mesmos métodos que a levaram a empreender o primeiro — os métodos das Ciências.

Primeiro, a exploração permanente do que existe. Essa exploração toma o aspecto de um vasto inquérito numérico, estatístico, acerca das características de cada sociedade: denois, um inquérito acerca do encadeamento das ações que constituem sua existência e das respectivas correlações. Trata-se, para os homens de cada Nação, por exemplo, de conhecê-la de maneira cada vez mais precisa, a fim de prever seus comportamentos. Trata-se, na realidade, de criar, de desenvolver ciências sociais.

Nesses inquéritos baseia-se a elaboração de planos metódicos visando a consecução de "níveis sociais" sucessivos. Esses planos são a grande novidade social do século. Sua execução é tarefa árdua, de grande envergadura. Depende de uma nova técnica, baseada nas ciências — a técnica do progresso social.

Da mesma forma que para o progresso de tôdas as outras ciências, de tôdas as outras técnicas, não se pode prescindir do concurso de tôdas as nações, de todos os homens.

A tarefa a realizar é enorme, embora possa ser expressa em poucas palavras: aumentar a renda nacional, reparti-la eficientemente, tendo em vista o progresso social. Significa defender a vida humana, instalar por toda parte os serviços de saúde, os serviços de segurança necessários; manter a vida e, para isso, criar uma produção agrícola baseada num plano de alimentação racional.

Para aumentar, como convém, essa produção, equipar a agricultura o que nada significaria se não se equipasse preliminarmente os homens. E' preciso, por conseguinte, criar ou desenvolver os serviços de instrução, de educação, de informação que os capacitarão a utilizar os progressos técnicos. Faz-se mister criar ou desenvolver indústrias e redistribuir a população ativa, a fim de fornecer-lhes a mão-de-obra necessária e é preciso harmonizar o desenvolvimento da Agricultura e da Indústria. E' preciso fazer com que os agricultores, os operários, os assalariados, sejam freqüentes uns dos outros, coordenando para isso os preços agrícolas, os preços dos serviços, os preços industriais. Finalmente, é preciso distribuir a renda nacional de maneira que os salários representem mais do que o custo da vida. Como se isso não bastasse, é preciso fazer tudo isso sem sufocar a iniciativa; antes, pelo contrário, incentivando-a.

Os que trabalham nesses planos são homens dêste século. Sabem que só poderão vencer mantendo-se, tanto quanto possível, dentro da realidade. Sabem também que, no caso das grandes nações "pobres", um aumento de 50% na renda nacional, uma redução de 45% na parte da alimentação dentro da despesa total, mudaria a condição de três quartas partes dos homens. Sabem que isso ressolveria, no momento, o problema do povoamento e sabem que isso é possível.

A rapidez do progresso social

Poder-se-á chegar rapidamente a esse fim? A pergunta é difícil de ser respondida, uma vez que esse progresso indispensável exige, antes de tudo, a vontade de realizá-lo, ou, pelo menos, a vontade de promover os meios para sua realização. E sabemos que há quem hesite. Parece, aliás, que para êstes a atitude frente ao "problema de Malthus" evoluiu. Se tal problema ainda hoje parece a alguns assustador, já não é tanto devido à questão da multiplicação das subsistências e das demais utilidades, conforme pensava Malthus. E' devido à sua distribuição. Não é devido à expansão da renda nacional, e sim à sua repartição. Não é, tampouco, devido a determinada ação a ser exercida sobre a economia e sim pela orientação dessa mesma ação. Daí poderá resultar um grande atraso na economia. Todavia, temos que levar em conta dois elementos novos. Os homens sempre tiveram consciência de que suas necessidades primordiais iam sendo mais ou menos satisfeitas, isso porque, a manutenção de sua vida e de sua capacidade de trabalho é resguardada, fisiologicamente, por sensações particulares — "necessidade de comer", "necessidade de aquecimento", "necessidade de repouso". Sempre tiveram a sensação de que a sociedade a que pertencem os auxiliava, mais ou menos eficazmente, a defender, a manter a sua vida. O fato novo, agora conhecido, é que hoje êles podem medir a eficácia dessa ajuda. Grandes instituições internacionais, com a marca do século, baseadas nas ciências, orientadas para a ação — Bureau International do Trabalho, Organização de Alimen-

tação e Agricultura, Organização Mundial de Saúde — através de sua própria existência, dão-lhes essa possibilidade. Eles compararam sua sorte. Vêem a possibilidade do progresso social e discutem os meios de chegar ao mesmo.

A outra grande novidade é o fruto de duas guerras mundiais e, quiçá, uma de suas mais importantes consequências. Essas guerras foram, como já se disse, "totais"; foram guerras de sábios, guerras de operários, guerras de agricultores e não apenas guerras de soldados. Forçaram uma "mobilização" da economia, para o pleno aproveitamento de todos os recursos materiais e humanos. Pela primeira vez, de 1914 a 1918, e, depois, de 1939 a 1945, nações modernas tornaram-se senhoras de seus destinos e, reduzindo a parte que cabe ao acaso, quiseram conscientemente prover sistemáticamente às necessidades de toda sua população. Destarte, realizaram-se, em grande escala, experiências sociais cheias de ensinamentos como a da Grã-Bretanha e a da Suíça e essas experiências foram coroadas de êxito. A manutenção da população e dos exércitos, através de uma alimentação racional, constituindo, como constituiu, uma das condições da vitória, resolveram os Estados Unidos aumentar em um terço sua produção agrícola o que conseguiram fazer no espaço de dois anos. Em plena guerra, a despeito do deslocamento das famílias, a despeito do êxodo precipitado das crianças, dos bombardeios, das dificuldades sempre maiores de abastecimento, a Grã-Bretanha conseguiu reduzir sua mortalidade infantil. Estudar a fundo os problemas sociais, determinar os objetivos a alcançar, refletir profundamente sobre os meios a pôr em ação, resolver agir em comum para chegar a bom êxito, organizar metódicamente essa cooperação — tudo isso constituiu uma prova para as sociedades em guerra. E essa prova foi decisiva. Sabe-se agora que a rapidez do progresso social depende da vontade das sociedades. Essa rapidez está nas mãos da humanidade.

Limites do progresso social

Até onde, porém, poderá ir esse progresso? Poder-se-á fixar limites quanto às características das sociedades, especialmente quanto ao povoamento? Há autores que não se atrevem a fazê-lo.

As pesquisas sobre a densidade de povoamento compatível com determinado estado social, em determinada região, em determinada nação, em determinado momento, é obra útil, necessária. Em compensação, os estudos acerca do limite possível de povoamento, no futuro, parece sem significação real.

As ciências sociais — e entre elas as ciências econômicas — estudam o comportamento de numerosos grupos, de grandes conjuntos. Têm — tal como as ciências físico-químicas — um caráter estatístico. Como estas, baseiam-se na hipótese

da coerência permanente da Natureza, na idéia de que quaisquer conjuntos semelhantes continuarão a comportar-se de modo semelhante. Todavia, quer se trate de comportamentos físicos-químicos, quer se trate de comportamentos sociais, todos êles deixam uma margem para a ação individual. Essa margem assume importância capital em se tratando de Sociedades. Neste caso a iniciativa de um indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos pode mudar a orientação do conjunto. Ora, se é verdade que uma Sociedade pode ou não favorecer a ação individual, utilizá-la ou não, o certo é que ela não pode criar essa ação, porque a originalidade não se cria.

As descobertas, os inventos de toda espécie são, inicialmente, individuais, quer se trate dos inventos de Lavoisier, reformando a Química, fundando a Fisiologia, imaginando a primeira forma experimental, preconizando a medida da renda nacional, como meio de conhecer a estrutura social, quer se trate das descobertas dos pioneiros de Rochdale. A "novação" proveniente de indivíduos é a fonte que, uma vez canalizada, utilizada, explorada, permite o progresso social. Uma "novação", é, por definição, imprevisível. E' por isso que o limite do progresso social é imprevisível aos olhos dos economistas — exatamente por isso que constitui o resultado dessa coisa que "não tem preço" — a atividade original dos homens.

Todos os dados citados nesta exposição foram tirados das seguintes publicações:

- "Annuaire Statistique de la Société des Nations" — 1941-1942.
- Bulletin mensuel de Statistique — Bureau de Statistique des Nations Unies.
- "Annuaire des Statistiques du Travail".
- Bureau International du Travail — 1945-1946.
- Inquérito mundial sobre a alimentação, Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (F.A.O.) — 1946.
- "La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture" — (F.A.O.) — 1948.
- "Rapport épidémiologique et démographique" — Organização Mundial de Saúde — 1948.
- L.A. VINCENT — "Le progrès technique en France depuis cent ans" — Institut National de la Statistique de la France — 1944.
- BROUSSE — "La productivité de la main-d'œuvre agricole" — Bulletin de la Statistique générale de la France — 1948.
- "Annuaire Statistique" — Institut Général de la Statistique, vol. 57 — 1946.
- Ver ainda:
- HERSCH — "Congrès International de la Population" — Rome T. VIII — 1931.
- FRANÇOIS Sellier — "Un précurseur sans disciples, Lavoisier". Economie Appliquée n.º 4 — outubro, dezembro — 1948.